

Índice

O contexto	04
------------	----

Como os países, incluindo o Brasil, responderam aos impactos da Covid-19 na VCM?	07
--	----

Estudo de caso das consequências , sobre os feminicídios, das medidas de distanciamento social implementadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado de São Paulo, Brasil	10
--	----

Metodologia	11
Principais variáveis de interesse	11
Outras variáveis explicativas	13
Métodos de estimativa	15

O que o estudo de caso revelou?	16
---------------------------------	----

O impacto das medidas de distanciamento social nos feminicídios no Estado de São Paulo	17
--	----

Conclusões	18
------------	----

Resposta aos impactos da Covid-19 nos feminicídios: algumas lições iniciais e recomendações de políticas	20
--	----

Referências	23
-------------	----

O Contexto

O CONTEXTO

Muitos estudos avaliaram o impacto da Covid-19 e das políticas de isolamento social em várias formas de violência doméstica, mas poucos procuraram estudar os efeitos nos feminicídios. As conclusões da literatura sobre o tema são variadas¹, sugerindo a necessidade de mais pesquisas com esse foco. O feminicídio tem um impacto forte e prolongado nas famílias das mulheres². Os filhos vítimas de mulheres mortas por seus parceiros íntimos experimentam efeitos adversos permanentes quando um dos pais é assassinado, o outro vai para a prisão e, muitas vezes, precisam deixar a casa em que viviam com os pais e se adaptar a um novo ambiente (OMS, 2012).

Em 2017, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil ocupava o quinto lugar em taxas de feminicídio entre as 83 nações para as quais havia estatísticas disponíveis. Embora desde 2015 o crime de feminicídio venha sendo punido com penas mais severas, ele ainda representa um ônus significativo para a saúde pública no Brasil. A taxa de 4,8 homicídios por 100.000 mulheres é inferior apenas àquelas observadas em El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia. Além disso, uma parcela significativa dos homicídios (cerca de 25%) ocorre dentro da casa da vítima, e 50% dos casos registrados

entre mulheres de 18 a 59 anos são perpetrados por seus atuais ou ex-parceiros íntimos (Waiselfisz 2015).

Evidências do monitoramento de medidas adotadas por diferentes países, incluindo o Brasil, sugerem tendências de políticas e intervenções para enfrentar a Violência Contra a Mulher (VCM) durante a Covid-19.

As principais medidas implementadas tiveram seu foco no fortalecimento dos sistemas de resposta e apoio; na garantia de recursos financeiros e humanos para manter serviços essenciais para vítimas de violência; na ampliação da conscientização e do acesso à informação; e na adoção de soluções baseadas em tecnologia e adaptações inovadoras (Bastos et al. 2020). No Brasil, políticas e intervenções importantes e semelhantes foram adotadas nos níveis federal e estadual, inclusive no Estado de São Paulo e em seus municípios.

Esta nota, baseada em Diaz et al. (2022), apresenta um estudo de caso sobre as consequências das medidas de distanciamento social implementadas para enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado de São Paulo, Brasil, sobre os feminicídios, a forma mais extrema de VCM³. Nosso foco nos feminicídios foi

¹ Por exemplo, Asik e Nas Ozen (2021) constatou que o distanciamento social levou a uma diminuição dos feminicídios na Turquia. Em contraste, Hoehn-Velasco et al. (2021) relataram uma estabilidade nos feminicídios no México com relação ao isolamento social durante a pandemia.

² O feminicídio, a forma mais extrema de violência contra a mulher (VCM), é geralmente definido como o assassinato intencional de mulheres pelo fato de serem mulheres (Organização Mundial da Saúde 2012).

³ O Estado de São Paulo foi selecionado para esta análise pelos seguintes motivos principais: i) compreende mais de 20% do total da população brasileira; ii) Desde 2000, São Paulo conta com um sistema de registro de ocorrências policiais pela internet, que possibilita o acesso a dados sistemáticos para análise e, a partir de 3 de abril de 2020, foi permitida a denúncia de casos de violência doméstica no sistema; iii) o Brasil registrou 1.229, 1.330 e 1.350 feminicídios em 2018, 2019 e 2020 (respectivamente), sendo que cerca de 11% desses casos ocorreram no Estado de São Paulo em 2018 e 13,5% nos demais anos, chegando a 168 casos de feminicídio em 2020 (Diaz et al. 2022), números relativamente altos também para os padrões internacionais.

determinado pelo fato de que as altas taxas desses casos no Brasil são preocupantes e porque os dados de feminicídio têm menor probabilidade de sofrerem subnotificação, uma limitação de dados sobre VCM conhecida na literatura. A análise distingue entre as consequências das medidas de distanciamento social e os potenciais efeitos de outros fatores relacionados à pandemia na incidência de feminicídios, em particular o aumento do desemprego e a conseqüente perda de renda familiar. O estudo

também explora a possível relação entre a incidência de feminicídio e a implementação de transferências de renda emergenciais pelo governo federal para aliviar o estresse financeiro das famílias durante a pandemia. Com base em evidências sobre as respostas dos países, incluindo o Brasil, aos impactos da Covid-19 na VCM, esta nota sugere ainda algumas lições iniciais e recomendações de políticas para prevenir e mitigar os impactos das medidas de distanciamento social na VCM.



**Como os países,
incluindo o Brasil,
responderam aos
impactos da
Covid-19 na
VCM?**

COMO OS PAÍSES, INCLUINDO O BRASIL, RESPONDERAM AOS IMPACTOS DA COVID-19 NA VCM?

Evidências do monitoramento precoce de medidas adotadas por diferentes países sugerem tendências de políticas públicas e intervenções para alívio no curto prazo do enfrentamento da VCM durante a Covid-19⁴.

As principais medidas implementadas tiveram seu foco no fortalecimento dos sistemas de resposta e apoio, incluindo o disque-denúncia, apoio psicossocial e acomodação alternativa para mulheres; na garantia de orçamento mínimo e recursos humanos e financeiros para manter serviços essenciais para vítimas de violência; e na expansão da conscientização e do acesso à informação. Além disso, soluções baseadas em tecnologia e adaptações inovadoras para permitir e expandir o acesso aos serviços de segurança e jurídicos, além do apoio psicológico, provaram ser essenciais (Bastos et al. 2020).

No Brasil, políticas e intervenções importantes semelhantes foram adotadas no âmbito federal nos primeiros meses da pandemia da Covid-19, bem como no Estado de São Paulo e em seus municípios (quadro 1). Entre março e julho de 2020, o governo federal adotou uma legislação que designa os serviços de VCM como essenciais, os quais devem permanecer abertos durante

a pandemia, e determina que os casos relatados por meio do disque-denúncia nacional de VCM sejam comunicados às autoridades em até 48 horas. Também determinou que os órgãos de segurança criem canais virtuais de comunicação para assistência a vítimas, que medidas protetivas urgentes possam ser solicitadas por meio de canais on-line e que tais medidas sejam estendidas e aplicadas automaticamente durante a pandemia. Além disso, o governo lançou um plano nacional de contingência que, incluiu uma campanha nacional de conscientização e informação dirigida a vítimas, homens e membros da comunidade, a criação de plataformas on-line e digitais para denúncias, entre outros.

Dadas as crises, à luz dos choques de emprego vivenciadas principalmente pelos mais vulneráveis, especialmente as mulheres, as medidas voltadas para sua segurança econômica também foram relevantes para mitigar os impactos de gênero da crise da Covid-19, incluindo, em certos contextos, sobre a VCM. A análise das medidas fiscais e econômicas, de proteção social e de mercado de trabalho registradas globalmente ao longo de 2020 e 2021 mostra que 13% tratam da segurança econômica das

⁴ Em 2020, o Banco Mundial começou a sistematizar informações sobre "Iniciativas VBG e Covid-19", incluindo respostas de políticas públicas sobre a VCM. O exercício inicial de acompanhamento identificou as cinco principais tendências nas iniciativas: i) adaptações às intervenções da justiça; ii) campanhas informativas em mídias de comunicação de massa; iii) aumento dos recursos disponíveis para vítimas; iv) inovações na prestação de apoio a vítimas; e v) aumento de financiamento para organizações que trabalham na prevenção da VCM. O Banco Mundial suspendeu esse monitoramento em 2021, dada a existência de trabalhos semelhantes e mais amplos; as informações compiladas, no entanto, foram fundamentais para a análise do Banco Mundial sobre as tendências de iniciativas no início de 2020.

⁵ A análise examinou dados obtidos do Rastreador Global de Resposta à Covid com Viés de Gênero do PNUD e da ONU Mulheres, que monitora as respostas adotadas por governos em todo o mundo para enfrentar a pandemia, destacando aquelas que integraram uma perspectiva de gênero. Mais informações podem ser encontradas em <https://data.undp.org/gendertracker/>

mulheres⁵. Quase metade delas foi adotada como parte de programas de proteção social, principalmente por meio de transferências de renda que priorizam as mulheres como principais beneficiárias, mostrando a relevância dessa forma de resposta de política pública no fortalecimento da segurança econômica das mulheres no contexto da

Covid-19⁶. No Brasil, o governo federal aprovou uma lei que prevê transferências de renda emergenciais para famílias de baixa renda, conforme mencionado anteriormente, priorizando especialmente as mães solteiras (mulheres chefes de família com filhos pequenos), que receberam o dobro do benefício financeiro⁷.

Quadro 1. Respostas das políticas públicas sobre VCM em São Paulo, Brasil

Dado o foco desta nota nos dados de São Paulo, é importante mencionar algumas das políticas adotadas nas esferas estadual e municipal para lidar com o aumento das taxas de VCM durante a pandemia. Em São Paulo, todas as 134 delegacias especializadas em VCM do Estado continuaram funcionando em horário normal. Em abril de 2020, a força policial criou um portal on-line, no qual vítimas de violência doméstica podem solicitar medidas restritivas. O Estado de São Paulo também promoveu sessões ao vivo e produziu vídeos com o objetivo de conscientizar a população sobre a VCM durante a pandemia. Além disso, foram inauguradas quatro novas delegacias especializadas em VCM em São Caetano do Sul, Itanhaém, Itaquaquecetuba e Arujá.

Em junho de 2020, a cidade de São Paulo lançou um pacote voltado para mulheres em situação de vulnerabilidade, que incluiu moradia adicional, apoio especializado, ajuda financeira, ações de conscientização e capacitação. A capacitação beneficiou mais de 60 atendentes mulheres para atendimento especializado a vítimas de VCM por meio do disque-denúncia municipal, e uma campanha de conscientização e capacitação em VCM para agentes de saúde que realizam visitas domiciliares a famílias vulneráveis, ampliando o número de agentes com esse tipo de treinamento de 756 para 3.630. Quartos de hotel foram oferecidos a mulheres em situação de vulnerabilidade (isto é, com renda igual ou inferior a um quarto do salário-mínimo) que tivessem pedido medidas protetivas, além de um vale de R\$400,00 como auxílio-moradia⁸. Outras iniciativas também foram lançadas, como uma campanha contra abusos no transporte público, novas unidades de apoio a vítimas em terminais de ônibus e de metrô e a criação do [Observatório da Violência contra a Mulher](#).

Fontes: PNUD 2020, Governo de São Paulo 2020 e Cidade de São Paulo 2020.

⁵ Boletim Global do Rastreador Global de Resposta à Covid-19 com Viés de Gênero (<https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2021-11/undp-unwomen-covid19-glo-bal-regional-factsheet-2020-en-v4.pdf>)

⁷ Em 2 de abril de 2020, foi promulgada a Lei 13.982, que prevê o auxílio financeiro emergencial de R\$600 (US\$115) para famílias de baixa renda, segundo o qual mães solteiras recebem o dobro do valor e têm prioridade no saque do dinheiro.

⁸ O Auxílio-aluguel foi instituído pela Lei [17.320/2020](#) e regulamentado pelo [Decreto 60.111/2021](#).

**Estudo de caso
das consequências
das medidas de
distanciamento social
implementadas para
enfrentar a pandemia
de Covid-19 sobre os
feminicídios no Estado de
São Paulo, Brasil**

ESTUDO DE CASO DAS CONSEQUÊNCIAS DAS MEDIDAS DE DISTANCIAMENTO SOCIAL IMPLEMENTADAS PARA ENFRENTAR A PANDEMIA DE COVID-19 SOBRE OS FEMINICÍDIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO, BRASIL

Metodologia

Este estudo de caso baseia-se em uma análise quantitativa dos impactos das medidas de distanciamento social sobre a probabilidade de feminicídios no Estado de São Paulo. Como detalhado a seguir, esses impactos foram estimados por meio de modelos de regressão de efeitos fixos, que compararam os dados de feminicídio no Estado no período de maior distanciamento social durante a pandemia (março a abril de 2020) com períodos correspondentes em

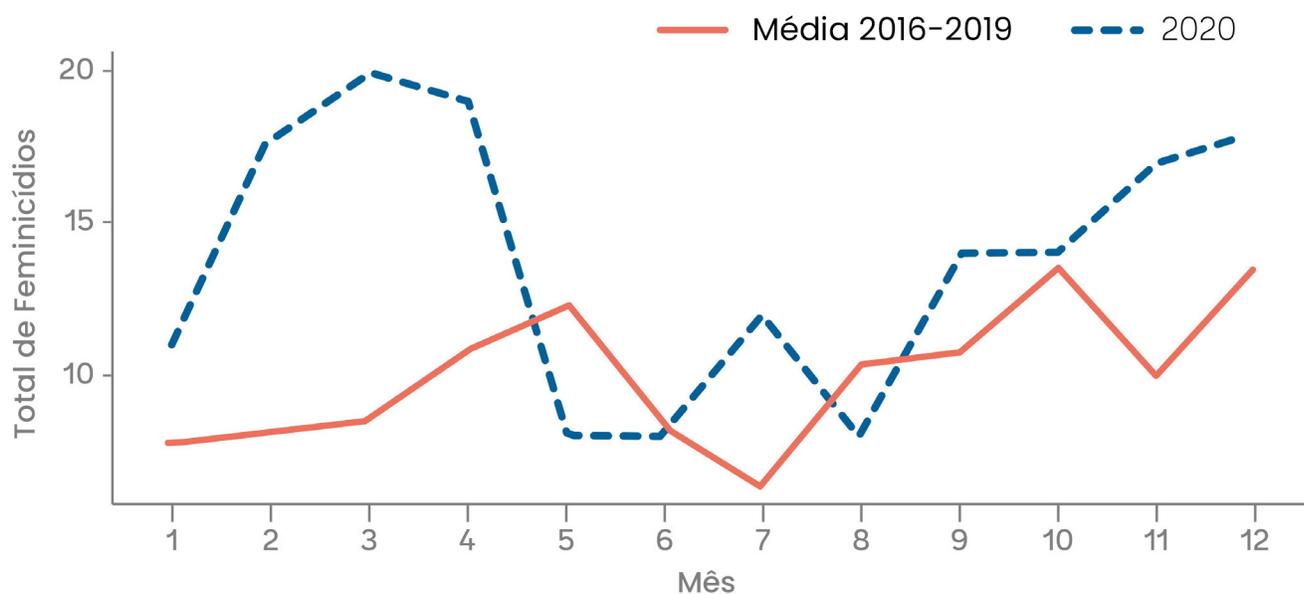
anos anteriores (2016 a 2019), assim como com períodos posteriores e anteriores durante 2020. Nossas análises para o Brasil examinaram dados de todos os 645 municípios do Estado de São Paulo, desde janeiro de 2016 (ou seja, pré-pandemia) a dezembro de 2020 (ou seja, incluindo períodos após a implementação das ordens de confinamento no Estado, que tiveram início em 22 de março de 2020).

Principais variáveis de interesse

Nossa principal variável de resultado foi a probabilidade de ocorrência de feminicídio, em determinado município, durante o período de maior distanciamento social durante a pandemia. Essa probabilidade foi medida por uma variável binária, que equivale a um, se ocorreu algum feminicídio naquele período no município, e a zero, em caso contrário. Dados semanais e mensais dos episódios de feminicídio foram

calculados a partir dos dados disponíveis nos registros digitais da Secretaria de Segurança Pública do Estado. A evolução dos feminicídios, antes e depois do primeiro caso oficial de Covid-19 no Estado, e a introdução do distanciamento social e de outras medidas de políticas relacionadas à pandemia, é apresentada na **Figura 1** (Diaz et al. 2022).

Figura 1: **Número médio de vítimas de feminicídio por mês no Estado de São Paulo (2016-19 e 2020)**

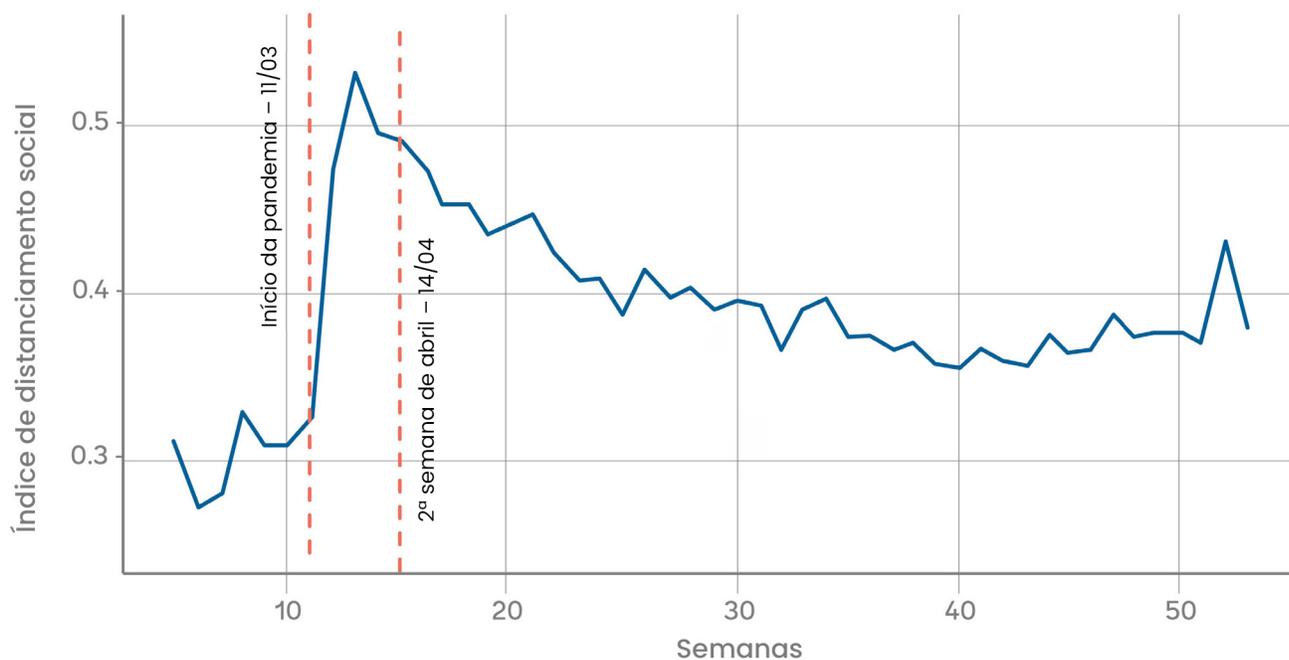


O grau de adesão ao distanciamento social em cada município foi a principal variável explicativa em nossas análises. Ele foi medido usando o índice *InLoco Social Isolation Index- SI*⁹ baseado em dados de localização anonimizados e autorizados pelo usuário, coletados diariamente de 60 milhões de telefones celulares, indicando a porcentagem de dispositivos que permaneceram em um raio de 450 metros do local de residência. As informações do índice *InLoco* foram coletadas para o período entre 1º de fevereiro e 31 de dezembro de 2020 (**Figura 2**). Os dados adicionais utilizados incluem informações de cada município sobre

a parcela mensal de beneficiários do programa federal de ajuda financeira emergencial para enfrentamento da Covid-19 (obtidas do Ministério da Cidadania), outras características socioeconômicas (taxas de pobreza e extrema pobreza, índice de vulnerabilidade social multidimensional) e uma medida construída de variações mensais no emprego por gênero e setor.

⁹ *InLoco*. Mapa brasileiro da Covid-19. <https://tinyurl.com/ybepensd> (Acesso: 13/10/21).

Figura 2: **Evolução do índice de distanciamento social *in loco* no Estado de São Paulo, Brasil (01 fev 2020-31 dez 2020)**



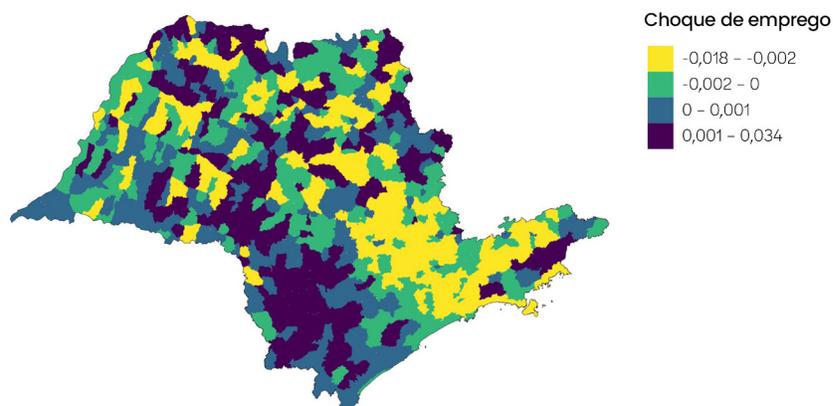
Outras variáveis explicativas

Para investigar possíveis canais econômicos que influenciam os impactos do distanciamento social no feminicídio durante a pandemia, criamos uma medida de choques de emprego a partir de bancos de dados disponíveis sobre emprego formal¹⁰. Essa variável pode ser interpretada como uma taxa esperada de perda de empregos, expressa como uma fração da população do município. Pode assumir valores positivos ou negativos, e os valores negativos indicam destruição líquida de empregos. Usamos essa medida para identificar os

municípios onde os setores dominados por homens têm maiores perdas de empregos, e definimos uma variável binária que assume o valor de um se o município tiver destruição de empregos nos setores dominados por homens. A **Figura 3** mostra a distribuição espacial do choque de emprego no Estado de São Paulo. Os municípios mais e menos afetados (em termos de perda de empregos) estão destacados em amarelo (perda de emprego de 0,2% ou mais) e verde (perda de emprego menor que 0,2%).

¹⁰ Fontes: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) para admissão e desligamento e contratação anual da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2019 (ou seja, antes da pandemia de Covid-19).

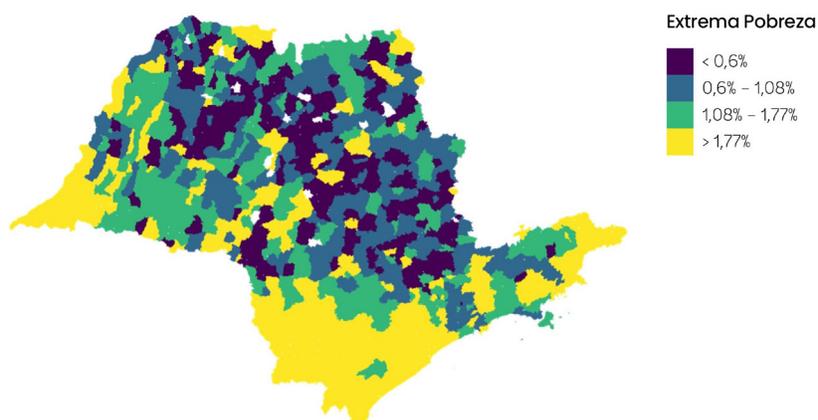
Figura 3: Choque de emprego por município, abril de 2020



Para investigar melhor os fatores econômicos que potencialmente influenciaram os impactos do distanciamento social nos feminicídios, juntamente com possíveis impactos diferenciais de acordo com as condições socioeconômicas, obtivemos dados do índice de pobreza na plataforma “Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil”¹¹. Esse índice é definido de acordo com os critérios de elegibilidade do Bolsa Família, o maior programa de transferência de renda condicionada do Brasil. Famílias

em situação de extrema pobreza são definidas como aquelas com renda mensal de até R\$70,00 por pessoa¹², ou US\$39,76¹³. Definimos um município como “extremamente pobre” se o percentual de famílias em situação de extrema pobreza estiver acima da mediana do estado (1,08%). Os municípios identificados como extremamente pobres, de acordo com essa definição, estão representados em verde e amarelo na **Figura 4**.

Figura 4: Distribuição dos municípios de São Paulo segundo a proporção de famílias que vivem na pobreza extrema



¹¹ Essa plataforma é resultado de uma parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP). Conforme detalhado em <http://www.atlasbrasil.org.br/acervo/atlas> “Concebido com a finalidade de apresentar o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o Atlas disponibiliza atualmente, além do índice, mais de 330 indicadores que abrangem temas como saúde, educação, renda e trabalho, moradia, vulnerabilidade social, meio ambiente e participação política, para os 5.570 municípios (...)”.

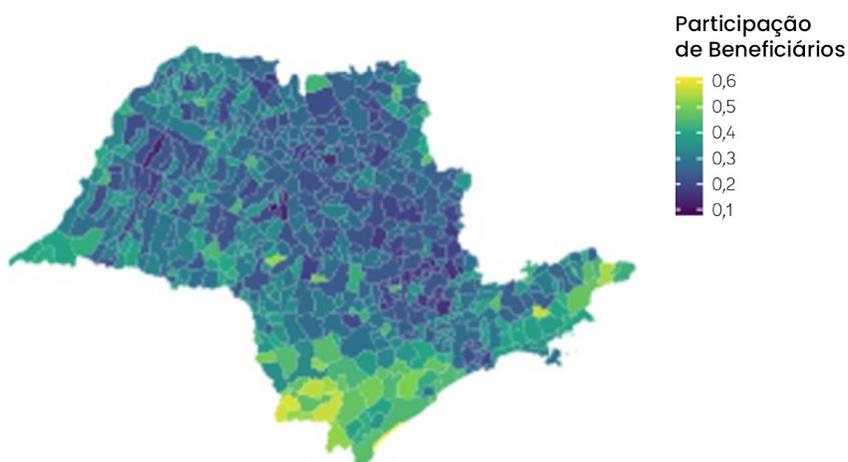
¹² Valor de agosto de 2010.

¹³ Consideramos a PTAX média de R\$1,76 para 2010.

Como um último canal econômico com potencial para afetar os impactos do distanciamento social sobre os feminicídios, também examinamos dados sobre a cobertura do programa federal de auxílio emergencial, definida como a proporção de famílias beneficiárias em cada município de São Paulo. O auxílio financeiro

foi oferecido de abril a dezembro de 2020 a adultos sem vínculo empregatício formal, provenientes de famílias com renda mensal per capita de até meio salário-mínimo, ou renda familiar mensal total de até três salários-mínimos. A proporção de famílias beneficiárias do auxílio emergencial por município paulista está representada na **Figura 5**.

Figura 5: Parcela de famílias que recebem auxílio emergencial por município - abril de 2020



Métodos de estimativa

Estimamos como as mudanças em fatores tais como, a adesão ao distanciamento social, perda de empregos e a proporção de beneficiários do auxílio emergencial, influenciaram a probabilidade de ocorrência de feminicídio em um determinado município. Nossa estratégia empírica depende da variação no tempo de implementação do distanciamento social entre os municípios, juntamente com a diferença nas taxas de feminicídio e outros fatores municipais entre 2020 e os anos anteriores. Estimamos modelos lineares com efeitos fixos multidirecionais aplicados a diferentes amostras: primeiro, a amostra incluindo todos os municípios (170.925 observações municipais-semana) e, segundo, a amostra incluindo apenas municípios pobres (83.210 observações municipais-semana).

O que o estudo de caso revelou?

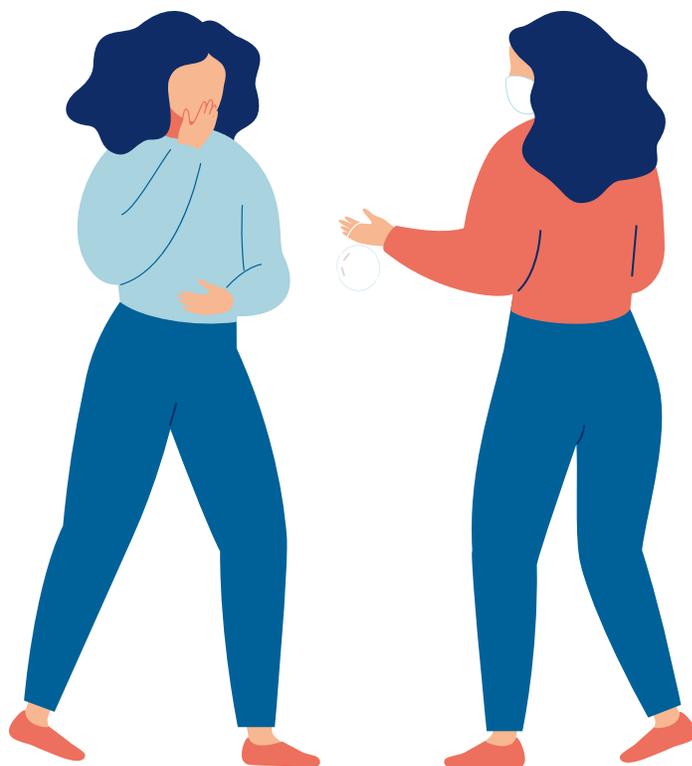
O QUE O ESTUDO DE CASO REVELOU?

O impacto das medidas de distanciamento social nos feminicídios no Estado de São Paulo, Brasil

De maneira geral, o maior isolamento social nos municípios de São Paulo, após o início da pandemia de Covid-19, levou ao aumento da probabilidade de feminicídio nesses municípios. A probabilidade de feminicídio quase dobrou durante o período mais pronunciado de isolamento: da média pré-pandêmica de 0,174 feminicídios por município-ano, o impacto medido foi um aumento de 0,169 pontos percentuais nessa probabilidade. Nossos resultados também sugerem que esse efeito incremental na probabilidade de feminicídio devido ao isolamento social foi impulsionado por choques de emprego em setores dominados por homens.

Embora nossos resultados indiquem que o efeito nocivo do aumento do distanciamento social sobre a probabilidade de feminicídio foi o mesmo em média entre os municípios mais pobres e os mais ricos, o auxílio financeiro às famílias mais pobres contribuiu para mitigar esse efeito nocivo. Verificamos que, levando em consideração que a proporção média de pessoas que receberam ajuda financeira é de 29,8% nos municípios

extremamente pobres, o efeito associado à ajuda financeira nesses municípios é mais de que o dobro do efeito negativo do choque de emprego. Isso sugere que a “rede de proteção” contra a da pobreza, na forma de ajuda financeira oferecida pelo governo federal às famílias vulneráveis no contexto de retração econômica durante a pandemia, teve um papel de proteção contra maiores consequências negativas do isolamento social sobre a probabilidade de feminicídio.



Conclusões

CONCLUSÕES

Nossa análise indica que a probabilidade de feminicídio em municípios do Estado de São Paulo praticamente dobrou durante o período de isolamento social mais pronunciado após o surto de Covid-19. Vários mecanismos podem ter influenciado a ocorrência de feminicídios durante a pandemia. Analisamos o papel da perda de empregos em setores dominados por homens, pobreza e auxílio financeiro fornecido pelo governo como caminhos pelos quais o isolamento social pode afetar o risco de feminicídio. Encontramos evidências de que dificuldades econômicas aumentaram o risco de feminicídio durante a pandemia.

Nossos resultados também sugerem que o auxílio financeiro oferecido pelo governo às famílias reduziu o aumento do risco de feminicídio. Esta constatação pode estar ligada às evidências que mostram que as transferências econômicas são eficazes na prevenção da violência interpessoal, uma vez que o estresse econômico é um dos principais vetores da VCM. Esses tipos de transferências também podem proporcionar maior independência econômica às mulheres,

permitindo que saiam de relacionamentos abusivos (Kerr-Wilson et al 2020; Baranov et al., 2021).

É importante considerar o que foi exposto acima também porque, embora os picos iniciais de violência doméstica durante a Covid-19 tenham sido associados mais diretamente à quarentena, as perdas de emprego e a sustentabilidade financeira restrita para as mulheres em estágios posteriores da pandemia foram identificadas como potenciais vetores do aumento do abuso dentro de casa e da queda de denúncias (Tavares, P. 2021). E, de fato, a falta de independência financeira tem sido consistentemente apontada como um dos principais fatores para a VCM durante a pandemia¹⁴. Os canais econômicos e emocionais para a VCM estão intimamente relacionados, conforme apontado por Beland et al. (2021). Todos esses canais, somados ao fato de pessoas de fora das famílias não poderem atuar como agentes de controle social (Gelles, 1983), potencializam o efeito pandêmico da violência contra a mulher.

¹⁴ Exemplos de evidências durante a Covid-19 incluem: a análise de mídia social ecoou uma ênfase nos desafios financeiros em relação à violência doméstica durante o período de confinamento (Ah - Rawi, 2021); Uma pesquisa por telefone na Indonésia analisou fatores que podem mitigar o risco de violência baseada em gênero (VBG) durante a Covid-19 (Banco Mundial, 2020). Os principais prognósticos de exposição à VG foram associados ao estresse econômico. Além disso, a insegurança alimentar e o número de moradores no domicílio aumentam as chances de exposição a VCM. Ter um segundo emprego foi o fator de proteção mais forte contra a VCM de acordo com o estudo (Ibid).

Resposta aos impactos da Covid-19 nos feminicídios: algumas lições iniciais e recomendações de políticas públicas

RESPOSTA AOS IMPACTOS DA COVID-19 NOS FEMINICÍDIOS: ALGUMAS LIÇÕES INICIAIS E RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O feminicídio é a forma mais extrema de VCM. Portanto, sua prevenção requer o investimento em diferentes medidas de políticas públicas. Estas são também recomendadas para prevenir outras formas de violência contra as mulheres, e envolvem uma ampla gama de setores e atores.

No contexto específico da pandemia de Covid-19,

considerando-se as consequências das medidas de distanciamento social implementadas e os possíveis efeitos de outros fatores relacionados à pandemia na incidência de feminicídios, bem como e a relação entre a incidência de feminicídio e a implementação de medidas de auxílio financeiro mencionadas nesta nota, as seguintes lições e recomendações iniciais podem ser sugeridas:

Fortalecer os serviços voltados para prevenir a VCM e adaptá-los a contextos virtuais, em especial:

- Manter os serviços de apoio social e de saúde abertos (UNICEF 2020; ONU Mulheres 2020) e determinar que os serviços para vítimas sejam essenciais, com alta prioridade nas respostas pela polícia e pela justiça (ONU Mulheres 2020), são cruciais para prevenir feminicídios. Dar continuidade às atividades psicossociais e recreativas dentro dos limites dos protocolos locais Covid-19 também é relevante para o benefício da saúde mental de vítimas (IRC 2020).
- Dar continuidade e fazer adaptações aos sistemas de denúncias visando assegurar a acessibilidade de vítimas, principalmente por meio de canais virtuais e digitais, incluindo a priorização e resposta urgente a casos de VCM denunciados e a disponibilização de solicitação on-line de medidas protetivas urgentes, bem

como a prorrogação automática daquelas existentes, principalmente durante o período de isolamento.

- Continuar a estruturar e prestar serviços relacionados à prevenção e enfrentamento da VCM de forma remota (UNICEF 2020), garantindo que protocolos de segurança estejam em vigor em canais específicos para a VCM, como linhas de apoio, aplicativos, sites etc. de forma a reduzir a ameaça da escalada de violência (Seff et al 2020).

Criar ou fortalecer os sistemas de alerta/alerta precoce:

- Esses sistemas são geralmente criados e monitorados pela polícia e incluem avaliações detalhadas do risco de mulheres que já sofreram violência, e fazem o monitoramento de forma mais consistente, oferecendo serviços de proteção e apoio. Esses sistemas foram significativamente ampliados e

foram transformados a partir da disponibilidade de novas tecnologias. A avaliação de risco da polícia, o protocolo central do sistema espanhol VioGen (VPR), por exemplo, mostrou resultados significativos na estimativa de feminicídios¹⁵. Em contextos de crise, como na pandemia, maior atenção deve ser dada às mulheres com maior risco de se tornarem vítimas.

Implementar ou expandir o auxílio financeiro:

- Adotar ou expandir medidas de proteção social na forma de auxílio financeiro, incluindo a transferência direta de renda, cestas básicas ou outros subsídios, incluindo valores em dinheiro para cuidados, pagamento de conta de luz e subsídios salariais (Banco Mundial 2020).
- Implementar de políticas públicas que promovam o empoderamento econômico das mulheres e políticas de assistência à infância durante a pandemia e como parte das medidas de recuperação (Banco Mundial 2020).

Aumentar a conscientização sobre as denúncias de VCM e os serviços disponíveis para as vítimas, homens e a comunidade em geral:

- Dado o alto nível de subnotificação da violência contra a mulher, muitas vítimas de feminicídio podem

não ser rastreadas antes de serem assassinadas. No caso do Brasil, por exemplo, segundo dados do Governo Federal, aproximadamente 70% das mulheres vítimas de feminicídio jamais haviam denunciado seu agressor¹⁶. Ademais, um estudo realizado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em 2018 mostrou que, naquele ano, apenas 4% das vítimas de feminicídio no Estado (5 em 124) haviam denunciado seu agressor¹⁷. Portanto, é seguro supor que a grande maioria de mulheres vítimas de violência no Brasil não poderia ser rastreada por um sistema de alerta. Isso reforça a importância de também investir em campanhas amplas e direcionadas de conscientização (por exemplo, em escolas, locais de trabalho, espaços públicos etc.) sobre a disponibilidade de serviços, opções de denúncia e a importância do envolvimento de testemunhas e da comunidade na prevenção e proteção das mulheres contra a escalada da violência e, em última instância, de feminicídios.

¹⁵ López-Ossorio, Juan José; González-Álvarez, José Luis; e Antonio Andrés- Pueyo, 2016.

¹⁶ <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/novembro/70-das-mulheres-vitimas-de-feminicidio-nunca-denunciaram-agressores>.

¹⁷ Ministério Público do Estado de São Paulo, 2018.

Referências

REFERÊNCIAS

- Agüero, J. M. Covid-19 and the rise of intimate partner violence. *World development*, 137:105217, 2020.
- Al-Rawi, Ahmed et al. Investigating public discourses around gender and Covid-19: A social media analysis of Twitter data. *Journal of Healthcare Informatics Research* 5, 249–269 (2021). <https://doi.org/10.1007/s41666-021-00102-x>. (Acessado em: 19/01/2022).
- Asik, G. A., & Ozen, E. N. (2021). It takes a curfew: The effect of Covid-19 on female homicides. *Economics Letters*, 200, 109761.
- Athey, S. and G. W. Imbens. The state of applied econometrics: Causality and policy evaluation. *Journal of Economic Perspectives*, 31(2):3–32, 2017.
- Bastos, G.; Flavia Carbonari, and Paula Tavares. 2020. Addressing Violence against Women under Covid-19 in Brazil. World Bank, Washington, DC. © World Bank. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/34379> License: CC BY 3.0 IGO.”
- Béland, L. P., Brodeur, A., Haddad, J., & Mikola, D. (2021). Determinants of family stress and domestic violence: lessons from the Covid-19 outbreak. *Canadian Public Policy*, 47(3), 439–459.
- Berniell, I., & Facchini, G. (2021). Covid-19 Lockdown and Domestic Violence: Evidence from Internet-Search Behavior in 11 Countries. *European Economic Review*, 103775.
- Cunningham, S. *Causal inference: The mixtape*. Yale University Press, 2021.
- Currie, J., et al. (2018). Violence while in utero: The impact of assaults during pregnancy on birth outcomes (No. w24802). National Bureau of Economic Research.
- Diaz, M.D.M., Pereda, P., Rocha, F., Oliveira, P.A. C., Árabe, I., Kreif, N., Lordemus, S., Moreno-Serra, R. (2022). Social Isolation and Femicides in Brazil. Working Paper.
- Gibbons, M. A., Murphy, T. E., & Rossi, M. A. (2021). Confinement and intimate partner violence. *Kyklos*, 74(3), 349–361.
- Hernandez, Wilson et al (2019). “Aló, tengo un problema”: Evaluación de impacto de la Línea 100 del Ministerio de la Mujer y Poblaciones Vulnerables. https://cies.org.pe/sites/default/files/investigaciones/alotengo_un_problema_evaluacion_de_impacto_de_la_linea_100_del_mimp.pdf. (Acessado em: 18/01/2022).

- Hoehn-Velasco, L., Silverio-Murillo, A., & de la Miyar, J. R. B. (2021). The great crime recovery: Crimes against women during, and after, the Covid-19 lockdown in Mexico. *Economics & Human Biology*, 41, 100991.
- International Rescue Committee (2020). What happened? How the humanitarian response to Covid-19 failed to protect women and girls. International Rescue Committee. <https://www.rescue.org/sites/default/files/document/5281/ircwpecovidreportv7.pdf>. (Acessado em: 18/01/2022).
- Ketel, N., & Bindler, A. (2019). Scaring or scarring? Labour market effects of criminal victimisation. <https://tinyurl.com/ya9ku7vl> (Acessado em: 28/06/20).
- Kerr-Wilson, A.; Gibbs, A.; McAslan Fraser E.; Ramsoomar, L.; Parke, A.; Khuwaja, HMA.; and Rachel Jewkes. (2020). A rigorous global evidence review of interventions to prevent violence against women and girls. What Works to prevent violence among women and girls global Programme, Pretoria, África do Sul.
- López-Ossorio, Juan José; González-Álvarez, José Luis; and Antonio Andrés-Pueyo. (2016) Predictive effectiveness of the police risk assessment in intimate partner violence. *Psychosocial Intervention* vol.25 no.1 Madri abr. 2016
- Ministério Público do Estado de São Paulo. (2018). Raio X do feminicídio em São Paulo É possível evitar a morte. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Nucleo_de_Genero/Feminicidio/RaioXFeminicidioC.PDF
- OECD. OECD Data: violence against women. <https://data.oecd.org/inequality/violence-against-women.htm>
- Perez-Vincent, Santiago M., and Enrique Carreras. "Evidence from a domestic violence hotline in Argentina." Chapter 1, Inter-American Development Bank Technical Note No IDB-TN (1956).
- Poblete-Cazenave, R. (2020). The impact of lockdowns on crime and violence against women—evidence from India. Disponível em: SSRN 3623331.
- Ravindran, S., & Shah, M. (2020). Unintended consequences of lockdowns: Covid-19 and the shadow pandemic (No. w27562). National Bureau of Economic Research.
- Seff, I., Vahedi, L., McNelly, S., Kormawa, E., & Stark, L. (2021). Remote evaluations of violence against women and girls interventions: a rapid scoping review of tools, ethics and safety. *BMJ global health*, 6(9), e006780.. (Acessado em: 18/01/2022).
- Silverio-Murillo, A., De la Miyar, J. R. B., & Hoehn-Velasco, L. (2020). Families under Confinement: Covid-19, Domestic Violence, and Alcohol Consumption.
- Tavares, P. (2021, December). "A shadow pandemic: addressing the crisis of gender-based violence in Brazil." *Essays on Equality Covid-19 edition: Global & intersectional perspectives*, Global Institute for Women's Leadership, 13-16.

- UNDP (2020). Covid-19 Global Gender Response Tracker. <https://data.undp.org/gendertracker/>. (Acessado em: 17/01/2022).
- UNICEF (2020). Responding to the shadow pandemic: Taking stock of gender-based violence risks and responses during Covid-19. <https://www.unicef.org/media/76916/file/Gender-Based-Violence-in-Emergencies-CP-Learning-Brief-Aug-2020.pdf>. (Acessado em: 18/01/2022).
- United Nations. Declaration on the elimination of violence against women. Technical report, General Assembly resolution 48/104 of 20 December, 1993.
- University of Birmingham (2021). Study aims to identify best remote support services for domestic violence and abuse survivors in Covid-19 pandemic. <https://www.birmingham.ac.uk/news/latest/2021/10/domestic-abuse-violence-covid-support-pandemic-survivors.aspx>. (Acessado em: 18/01/2022).
- UN Women (2020). Gender equality in the wake of Covid-19. <https://www.unwomen.org/sites/default/files/Headquarters/Attachments/Sections/Library/Publications/2020/Gender-equality-in-the-wake-of-Covid-19-en.pdf>. (Acessado em: 18/01/2022).
- WHO. (2012). Understanding and addressing violence against women. https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/77433/WHO_RHR_12.35_eng.pdf?sequence=1 (Acessado em: 27/06/20).
- WHO. (2012). Understanding and addressing violence against women: femicide (No. WHO/RHR/12.38). World Health Organization. https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/77421/WHO_RHR_12.38_eng.pdf?s (Acessado em: 27/05/2022)
- World Bank (2020). What factors exacerbate and mitigate the risk of gender-based violence during Covid-19? - Insights from a phone survey in Indonesia. <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/35007/What-Factors-Exacerbate-and-Mitigate-the-Risk-of-Gender-Based-Violence-During-Covid-19-Insights-From-a-Phone-Survey-in-Indonesia.pdf>. (Acessado em: 18/01/2022).



THE WORLD BANK

IBRD • IDA | WORLD BANK GROUP